



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do art. 41 da Constituição do Estado, c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Poder, **requer**, após deliberação do Plenário, seja encaminhado, ao Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, **Pedido de Informação** nos seguintes termos:

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) instaurou processo específico para fiscalizar de forma contínua os investimentos da Defesa Civil estadual, qual a justificativa apresentada pelo Poder Executivo para a execução de apenas R\$ 30,84 milhões dos R\$ 70,58 milhões disponíveis em 2024?;

Por qual motivo apenas R\$ 30 mil foram aplicados nas ações de prevenção de desastres, mitigação e resiliência, apesar da dotação orçamentária de R\$ 3,11 milhões prevista para essas finalidades?;

Quais providências foram tomadas pelo Governo do Estado para garantir a execução das ações de educação continuada e de modernização da rede de alerta da Defesa Civil, áreas que não receberam qualquer investimento em 2024?;

De que forma o Poder Executivo estadual tem cumprido suas obrigações legais no tocante à aplicação dos recursos públicos destinados à prevenção e à gestão de riscos, especialmente diante da recorrente subexecução orçamentária apontada pelo TCE/SC?; e

Diante da elevada incidência de eventos climáticos extremos em Santa Catarina e do histórico de mais de 4 mil decretos de calamidade entre 2013 e 2023, a que se atribui a ineficiência na execução dos recursos previstos para prevenção de desastres?

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Padre Pedro
Baldissera**, em 22/04/2025, às 13:36.
